

DO PONTO DE VISTA
DO PESQUISADOR
O PROCESSO DE REGISTRO
CÍRIO DE NAZARÉ COMO
PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

DO PONTO DE VISTA
DO PESQUISADOR:
O PROCESSO DE REGISTRO DO
CÍRIO DE NAZARÉ COMO
PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

MÁRCIO COUTO HENRIQUE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BRASIL

DO PONTO DE VISTA DO PESQUISADOR: O PROCESSO DE REGISTRO DO CÍRIO DE NAZARÉ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Resumo

O artigo apresenta reflexões críticas acerca do processo de registro do Círio de Nazaré, de Belém do Pará, como patrimônio cultural imaterial brasileiro, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2004. Trata-se de releitura dos procedimentos adotados pelos pesquisadores responsáveis pela elaboração do inventário e do dossiê que fundamentaram o referido registro. Reflete-se sobre os desdobramentos deste ato sobre os diferentes sujeitos que compõem o Círio de Nazaré, discutindo-se a necessidade de divulgar os resultados da pesquisa entre os grupos sociais envolvidos, de forma a contribuir para a preservação e promoção do bem cultural Círio de Nazaré.

Palavras-chave: Círio de Nazaré, inventário cultural, patrimônio cultural imaterial.

FROM THE RESEARCHER'S POINT OF VIEW: THE PROCESS OF REGISTRATION OF CÍRIO DE NAZARÉ AS BRAZILIAN CULTURAL PATRIMONY

Abstract

This article presents critical reflections concerning the process of registration of the Círio de Nazaré in Belém of Pará (Brazil) as an element of the immaterial brazilian cultural patrimony, in accordance to the Institute of the Historical and National Artistic Patrimony, in 2004. It is a (re)reading of the procedures adopted by the team of responsible research by the elaboration of the inventory and the dossier that based the referred registration. The article thinks about the unfoldings of this action on the different subjects that compose Círio de Nazaré and discusses about publishing the results of the research among the involved social groups.

Keywords: Círio de Nazaré, cultural inventory, immaterial cultural patrimony.

DESDE EL PUNTO DE VISTA DEL INVESTIGADOR: EL PROCESO DE REGISTRO DEL CÍRIO DE NAZARÉ COMO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEÑO

Resumen

El artículo presenta reflexiones críticas sobre el proceso de registro del Círio de Nazaré, en Belém do Pará, como patrimonio cultural inmaterial de Brasil por el Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional en 2004. Se trata de revisar los procedimientos adoptados por

los investigadores responsables por la preparación del inventario y la documentación que justifique tal registro. Reflexiona sobre las consecuencias de este acto sobre los distintos temas que componen el Círio de Nazaré, hablando de la necesidad de difundir los resultados de la investigación entre los grupos sociales involucrados con el fin de contribuir a la preservación y la promoción del Círio de Nazaré.

Palabras-clave: Círio de Nazaré, inventario cultural, patrimonio cultural inmaterial.

FEIRA, RELIGIÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Desde setembro de 1793, as ruas da cidade de Belém do Pará são tomadas por devotos por ocasião do Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Inicialmente, o Círio foi realizado por iniciativa do então Presidente da Província do Pará, Francisco de Sousa Coutinho que, num misto de devoção e preocupação com a dinamização da economia local, determinou o estabelecimento de uma feira de produtos regionais, seguida de novena, missa cantada e procissão, no mesmo período em que era grande a movimentação de devotos à pequena ermida da santa. Nascia assim o Círio de Nazaré de Belém do Pará (IPHAN 2006).

Marcado por intensa participação popular, atualmente o Círio de Nazaré reúne milhares de romeiros oriundos das mais distantes paragens da Amazônia. Todo segundo domingo de outubro (data fixada em 1901), milhares de paraenses e também devotos de outras regiões do Brasil invadem a “cidade das mangueiras”,¹ transformando suas principais ruas em vertentes humanas de uma das maiores manifestações religiosas do país. Em lento cortejo, os devotos conduzem a imagem da santa pelas estreitas ruas do centro de Belém, entre os quase cinco quilômetros que separam a Catedral da Basílica de Nazaré.

Motivados pela amplitude alcançada por esta celebração religiosa, quatro entidades de Belém solicitaram ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em dezembro de 2001, o registro do Círio de Nazaré de Belém do Pará, como patrimônio cultural imaterial brasileiro.² Foram elas: Arquidiocese de

Belém, Diretoria da Festividade de Nossa Senhora de Nazaré, Obras Sociais da Paróquia de Nazaré e Sindicato dos Arumadores do Estado do Pará. Com a conclusão do processo, em outubro de 2004, esta grandiosa expressão da religiosidade do povo paraense tornou-se a primeira celebração a ter seu registro aprovado e patrocinado pelo Estado, inaugurando o Livro de Registro de Celebrações do IPHAN. Desde então, muito se tem discutido acerca da pertinência do reconhecimento oficial de uma celebração religiosa católica, como o Círio de Nazaré, na condição de bem de cultura imaterial componente do patrimônio cultural brasileiro (Maués & Lima 2005; Lima 2005).

Tendo participado de todas as etapas do processo que resultou no registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural imaterial brasileiro, tanto na condição de pesquisador, quanto na de co-autor do texto do dossiê (IPHAN 2006), apresentarei neste artigo algumas reflexões do ponto de vista dos pesquisadores que formaram a equipe de pesquisa, considerando as dificuldades e soluções encontradas ao longo do trabalho.³ Ao textualizar uma experiência específica de pesquisa, pretendo exercitar a ideia de Roberto Cardoso de Oliveira (1996:29) de que o ato de escrever é “um ato igualmente cognitivo”.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE BENS CULTURAIS

Como parte dos procedimentos necessários para o referido registro, o IPHAN constituiu equipe de pesquisa

cujo objetivo era a realização de inventário que identificasse e sistematizasse o maior número possível de informações sobre o bem cultural Círio de Nazaré. Outro passo seria a elaboração de um dossiê que, com base nas informações levantadas no inventário, descrevesse de forma pormenorizada os resultados da pesquisa.

A metodologia utilizada foi a do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvida pelo IPHAN (2000) para a identificação e documentação de bens culturais, sejam eles de natureza material ou imaterial. Com base no INRC, procurou-se apreender os sentidos, significados, transformações e atualizações do Círio de Nazaré do ponto de vista daqueles que o produzem, considerados intérpretes legítimos da cultura local e parceiros indispensáveis na sua preservação. A equipe de pesquisa foi constituída de maneira multidisciplinar, sendo formada por um consultor na área de Antropologia, um supervisor (teólogo), quatro pesquisadores de nível superior nas áreas de História, Ciências Sociais e Filosofia e duas assistentes.

Ao longo do primeiro semestre de 2002 os pesquisadores realizaram o levantamento preliminar, que consistiu na identificação e sistematização de todas as informações encontradas nas bibliotecas e arquivos dos municípios de Belém e Ananindeua sobre quaisquer aspectos ligados ao Círio de Nazaré. Esta foi a primeira etapa de execução do inventário.

Na segunda etapa do inventário do Círio de Nazaré, no período de 15 a 23 de Agosto de 2002, iniciou-se treinamento para aplicação dos Questionários de Identificação. Esse treinamento constou

de estudo dos Questionários de Identificação e Ficha de Identificação dos bens culturais, de acordo com a metodologia do INRC, com a orientação sobre como proceder eticamente com os entrevistados, os pontos a serem observados nas entrevistas, a utilização de gravadores e máquina fotográfica e a técnica da entrevista focal, em que vários devotos seriam reunidos para tratar do mesmo tema, sob a coordenação do pesquisador. Depois disso, realizou-se nos dias 28 e 29 de Agosto de 2002 a aplicação de questionários pilotos visando detectar possíveis dificuldades no momento das entrevistas, as quais foram avaliadas no dia 30 do mesmo mês. A aplicação dos questionários correspondeu à segunda etapa do levantamento preliminar.

Após o relato das experiências deste primeiro contato procedeu-se a divisão, entre os pesquisadores, dos bens culturais associados à celebração do Círio de Nazaré, inicialmente em número de 66, sendo que para cada bem havia número específico de pessoas a serem entrevistadas. Logo a equipe se deu conta de que diante de tantos bens culturais a serem inventariados, não haveria condições de realizar número muito grande de entrevistas. A solução adotada foi identificar e contactar pessoas que se enquadrassem dentro das exigências do inventário, enquanto “informantes exemplares”. Essa dificuldade de se definir quantas e quais pessoas entrevistar é bastante comum em trabalhos de campo em que se faz necessário o uso de metodologias de base qualitativa. No caso da pesquisa do Círio de Nazaré, utilizamos esta categoria para identificar pessoas que possuíssem representativi-

dade significativa diante de determinado bem cultural, o que nem sempre seguia os mesmos critérios. Escolher determinado membro da Diretoria da Festa de Nazaré era mais simples do que escolher um entre milhares de possíveis promesseiros ou alguém para falar do Almoço do Círio, por exemplo. Por vezes, os nomes de “infor-
mantes exemplares” apareciam ao longo de determinadas entrevistas, ocasião em que seguíamos as indicações de nossos entrevistados. Outras vezes, fazíamos uso do fato de sermos pesquisadores locais, acionando nossa própria rede de relações na cidade de Belém.

Evidentemente, esse tipo de reflexão não aparece no dossiê final do IPHAN sobre o Círio de Nazaré, mas considero importante discutir tais questões para deixar evidente que os dados com os quais trabalhamos na pesquisa qualitativa, além de serem construídos pelos próprios pesquisadores, constituem “processo complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor” (Clifford 1998:21). No caso da pesquisa sobre o Círio, o fato de ser financiada por um órgão federal nos colocava limites de tempo, de estrutura de trabalho, de abordagem teórica, ao mesmo tempo em que influenciava a recepção que tínhamos dos devotos. Não que houvesse cerceamento, pois o espaço da instituição IPHAN sempre foi aberto para as discussões e a orientação geral da política de inventários culturais promovidos pela instituição possui caráter nitidamente antropológico. Como exemplo das múltiplas subjetividades em ação, alguns entrevistados

manifestavam receios de que, com o “tombamento”, não seria mais possível modificar nada no Círio ou que a todo instante fosse necessário solicitar a opinião/autorização do IPHAN. Nesses momentos, tínhamos que explicar que, com relação ao patrimônio cultural imaterial, não se falava em “tombamento”, mas sim em “registro” do bem, seguindo critérios bastante distintos dos que eram ou são utilizados para o chamado patrimônio de “pedra e cal”.

Pode-se citar, ainda, o fato de que a visita dos pesquisadores a determinadas instituições era precedida de ofício do então Superintendente Regional da 2ª SR/IPHAN, explicando as linhas gerais do trabalho de pesquisa e solicitando os nomes de duas pessoas a serem entrevistadas por pesquisadores cujos nomes eram indicados no mesmo ofício. Não é minha intenção indicar que exista algo errado nesse procedimento, muito necessário nessas ocasiões. Quero apenas destacar que a recepção do ofício timbrado com a logomarca do IPHAN, assinado pelo Superintendente regional, a informação de que o Círio de Nazaré estava em vias de registro como patrimônio cultural imaterial brasileiro, a informação de que seriam conferidos créditos às parcerias e apoios recebidos, todos esses dados exercem certa pressão sobre os destinatários, capaz de influenciar, inclusive, na escolha dos nomes indicados para as entrevistas. Por outro lado, assim como o ofício e o crachá de identificação de “pertencimento” a uma instituição federal interfere na subjetividade do pesquisador, pode ter o mesmo efeito sobre os entrevistados.⁴ Todas essas questões que, de uma forma ou de

outra, estão presentes em qualquer pesquisa qualitativa, compõem o quadro de uma “estratégia específica de autoridade etnográfica” (Clifford 1998:21), que certamente influenciará no desenrolar das entrevistas e, por extensão, na qualidade dos dados construídos.

No campo dos constrangimentos, cito aquele que foi, a meu ver, o maior de todos, motivo de calorosas discussões com os membros da Diretoria da Festa: a manifesta vontade dos diretores no sentido de excluir do inventário e do dossiê final a *Festa da Chiquita*, vista por eles como prática profana, ofensiva, sem relação alguma com o Círio de Nazaré. A *Festa da Chiquita* é realizada desde 1978, organizada por grupos homossexuais de Belém que atribuem ao evento caráter de contestação ao preconceito, de busca de espaço e reconhecimento social. Tem início na noite do sábado que precede a procissão principal do Círio de Nazaré e acontece num dos lugares por onde passam as procissões da *Trasladação* (procissão que faz o trajeto do Círio no sentido contrário, no sábado anterior) e do Círio, em frente ao chamado Bar do Parque, na Praça da República (IPHAN 2006).

A pesquisa do IPHAN coincidiu com uma data bastante significativa para os organizadores da *Festa da Chiquita*: os 24 anos de realização da festa. Meses antes do Círio de 2002, o “cantor, compositor e *performer*” Elói Iglesias, principal organizador do evento, circulava pela cidade de Belém com ofício em que solicitava apoio empresarial à comemoração. Anexo ao ofício havia uma espécie de projeto intitulado “As Filhas da Chiquita – o Baile, 24 anos” com os argumentos

utilizados por Iglesias para sensibilizar os empresários locais. Contrariando a versão da Diretoria da Festa, do início ao fim o projeto faz referências ao Círio de Nazaré. No item “Apresentação” consta que

“A festa das ‘Filhas da Chiquita’ que acontece todos os anos em outubro, na véspera do Círio, no dia da trasladação, em frente ao teatro da paz, já é tradicional no meio cultural da cidade. Ela é esperada por todos como forma de celebrar, comemorar a passagem da procissão de Nossa Senhora de Nazaré, e da conscientização de que não vale a pena viver preconceitos.” (Iglesias 2002:3)

O projeto anunciava, ainda, que na *Festa da Chiquita* haveria a “coroação da rainha do círio” e que todos estariam “irmãados num único objetivo, que é confraterniza (*sic*), sem preconceitos, com todos os seguimentos da sociedade: Políticos, Religiosos, Culturais, Sexuais, etc, já que o Círio de Nossa Senhora de Nazaré é a nossa maior festa, o natal dos paraenses” (Iglesias 2002:3). O item “Objetivos” dizia que o objetivo geral da festa era “Comemora (*sic*) a grande festa religiosa dos paraenses, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré” (Iglesias 2002:3).

Note-se a habilidade de Elói Iglesias em utilizar o discurso de confraternização, celebração e irmandade associado ao Círio de Nazaré a fim de sensibilizar a classe empresarial para apoiar a comemoração do baile de 24 anos das “Filhas da Chiquita”. Ao mesmo tempo, ele insere no projeto a preocupação dos organizadores com o combate ao preconceito sexual. De todo modo, tanto o projeto de comemoração dos 24 anos da festa

quanto os discursos feitos no palco em frente ao Teatro da Paz são carregados de referências ao Círio ou a Virgem de Nazaré, o que contraria a versão dos membros da Diretoria da Festa. Estas múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos estavam acima do nosso controle enquanto pesquisadores, mas não poderíamos ser indiferentes a elas.

A grandiosidade da celebração que então pesquisávamos, tanto cronológica quanto em termos de quantidade de bens culturais a ela associados, foi sempre um desafio. Na verdade, o desafio maior era, mesmo conscientes de que “entendida de modo literal, a observação-participante é uma fórmula paradoxal e enganosa”, tentar reformulá-la “em termos hermenêuticos, como uma dialética entre experiência e interpretação” (Clifford 1998:34). Havia, de fato, uma constante “negociação construtiva envolvendo pelo menos dois e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos” (Clifford 1998:43). O texto final do dossiê que fundamentou o registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural imaterial brasileiro está marcado por estas tensões.

Talvez o leitor mais atento consiga identificar os momentos em que o dossiê textualiza a relação entre o pesquisador e seu “informante” que, mesmo quando “exemplar”, é passivo, resultado de uma relação não dialógica. Em outros momentos, a narrativa pode revelar a relação entre pesquisador e interlocutor, expressão de verdadeiro “encontro etnográfico” (Cardoso de Oliveira 1996:20). Nada disso retira os méritos da pesquisa ou do dossiê final do IPHAN. Quero apenas chamar atenção para

problemas que acompanham qualquer pesquisa qualitativa, envolvendo a delimitação do universo de pesquisa, a definição de critérios para a seleção dos sujeitos a serem entrevistados, elaboração de roteiros de entrevistas e sua realização, organização e análise de dados qualitativos (Duarte 2002, Henrique 2009).⁵ Além disso, a leitura desses inventários culturais não pode prescindir da leitura da maneira como eles foram constituídos, das condições de sua produção, considerando todos os imponderáveis que, de uma forma ou de outra, exerceram influência sobre o texto final.

Uma das questões fundamentais na obtenção dos dados era a necessidade de estranhamento dos bens culturais por parte dos pesquisadores, na medida em que grande parte do preenchimento das Fichas de Identificação dependia da observação do pesquisador. Em se tratando de fenômeno tão familiar a todos os membros da equipe, era grande o risco de transpor para as fichas suas próprias impressões do Círio de Nazaré, ao invés de reproduzir as impressões dos entrevistados.⁶ Evidentemente, é preciso considerar que o registro das informações obtidas no trabalho de campo sofreu influência da bagagem cultural que cada pesquisador carregava consigo. Cada um dos pesquisadores era interlocutor em potencial, carregando consigo experiências anteriores, além de misturar em sua memória fatos e feitos vivenciados em Círios de si e Círios dos outros. No entanto, estavam ali na condição de pesquisadores, dos quais seria exigido olhar distanciado sobre prática “religiosa”

secular que, a partir daquele momento, deveriam enxergar como um “bem cultural” de natureza imaterial.

Segundo o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, no Livro de Registro das Celebrações “serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social” (BRASIL 2000).⁷ Conforme observou Carlos Sandroni, o Decreto 3.551

“não contém uma definição explícita do patrimônio imaterial. Mas tem uma definição implícita estabelecida por dois meios: quatro listas de tipos de bens passíveis de inclusão, organizadas segundo os diferentes livros de registro; e a definição, como critério geral de inclusão, da ‘continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.’” (Sandroni 2010:374)

É verdade que, de longa data, a dimensão cultural do Círio de Nazaré tem sido percebida, principalmente por ocasião de conflitos entre os devotos e a Diretoria da Festa. Em “O Carnaval devoto” (1980), por exemplo, o antropólogo Isidoro Alves chamou atenção para o que ele identificava como “dois discursos sobre a Festa de Nazaré, um tratando-a como uma festa religiosa no sentido estrito e portanto sob o comando da autoridade religiosa ou a quem ela delegar poderes (a Diretoria da Festa) e, outro, como uma festa popular, proporcionadora de manifestações mais livres e espontâneas (...)” (Alves 1980:15). Veja-se que os aspectos culturais do Círio eram, então, identificados ao “popular”, em oposição ao discurso religioso.

Para os próprios pesquisadores esta inflexão, que exigia novo olhar sobre o Círio de Nazaré, não era natural. Eis que o IPHAN, com base no avanço teórico da discussão sobre a noção de patrimônio, chamava atenção para o necessário alargamento da compreensão dos significados daquela prática que, tradicionalmente, era definida como “religiosa”, mas que agora e, principalmente para os fins do dossiê, precisava ser pensada como “prática cultural” de natureza imaterial, portadora de múltiplos sentidos, inclusive o religioso. Seria necessário, portanto, desnaturalizar o Círio de Nazaré, ampliando a percepção de seus significados e deixando de vê-lo apenas como representativo da cultura e religiosidade paraense. Era fundamental, a partir da evidente continuidade histórica deste bem cultural, evidenciar em que medida ele era relevante para a memória nacional e expressava os múltiplos processos que configuraram a constituição da identidade nacional brasileira.

Conforme observou Roberto Cardoso de Oliveira (1996), nossa maneira de ver a realidade influencia previamente o modo como dirigimos nosso olhar para o objeto de nossa pesquisa. Algo semelhante ocorre quanto ao “ouvir”, pois a teoria social que adquirimos durante a formação acadêmica também pré-estrutura nosso olhar. Não se pretende aqui exigir retrospectivamente dos pesquisadores nenhum tipo de neutralidade, mas apenas chamar atenção para a necessidade de problematizar a relação entre as informações obtidas ou registradas e o mundo particular de cada pesquisador. Nesse sentido, além de todos os integrantes da equipe

serem da Amazônia, sete eram de formação católica, com diferentes graus de envolvimento e participação em atividades da Igreja Católica. O consultor era antropólogo com vasta pesquisa e publicações acadêmicas sobre catolicismo popular e inserção nos movimentos católicos desde a juventude. Entre os demais integrantes, 3 eram ex-seminaristas: o supervisor, que chegou a concluir o curso de Teologia e 2 dos pesquisadores com o curso incompleto de Filosofia nos tempos de formação no seminário católico. Um terceiro pesquisador realizou pesquisa de monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais discutindo o tema da Renovação Carismática Católica. Apenas um dos pesquisadores era ligado a uma igreja protestante, de confissão presbiteriana.

Não se está sugerindo que a equipe de pesquisa deveria ser necessariamente multi-confessional para garantir a qualidade do trabalho. Mas certamente que pesquisadores cuja experiência com o Círio de Nazaré fosse mais distanciada poderiam apontar para outras questões, diminuindo o risco de se criar uma leitura “católica” de um ritual “católico”. Isidoro Alves atentou para este risco ao afirmar em “O carnaval devoto”, cuja pesquisa de campo fora feita entre 1974 e 1976, que “procuramos nos situar na posição do etnógrafo que, chegando a Belém, passa a observar uma grande festa vivida pela população local” (1980:19). Mas, consciente dessa dificuldade, admitiu que “não deixou de ser um esforço muito grande, pois na realidade, como residente na cidade e participante em anos anteriores da Festa de Nazaré, não poderíamos de ime-

diato nos colocar inteiramente de fora” (1980:19). Os Círios de si e dos outros acompanhavam o antropólogo e toda a sua equipe, importunamente fazendo-os lembrar que eles não estavam “chegando a Belém” como exigia a atitude antropológica.

Deve-se ressaltar, entretanto, que a questão do estranhamento, bem como a valorização das narrativas dos entrevistados, eram temas frequentes nas reuniões da equipe de pesquisa. Por outro lado, este exercício de estranhamento ou de distanciamento constitui desafio constante, mas possível de ser alcançado, em todas as pesquisas em que se faz necessário transformar o “familiar” em “exótico”, como tão bem tem demonstrado a Antropologia (Velho 1978). Isso tudo implica em dizer que é preciso considerar que o texto do dossiê, apesar de embasado nas informações obtidas diretamente dos devotos, de membros da Diretoria da Festa ou do clero católico, está marcado também pela subjetividade dos pesquisadores e, principalmente, dos autores do texto final do dossiê enviado à Brasília para fundamentar o pedido de registro, que conferiram às diversas pesquisas e entrevistas caráter de conjunto, evidenciado no próprio dossiê.

Ligado a isso está o fato de que todos os entrevistados eram católicos. Certamente teria sido interessante entrevistar pessoas ligadas a outras religiões ou mesmo pessoas não ligadas a nenhuma religião, a fim de perceber como elas se relacionam com o Círio de Nazaré. O que os não-católicos ou não-religiosos fazem durante o Círio? Como eles reagem ao verem os espaços da cidade de

Belém todos tomados pela multidão católica? Será que eles também vão para as ruas apreciar a devoção do seu “outro” ou recolhem-se em suas igrejas em atitude de reforço de sua identidade não-católica? Quais os espaços de negociação? Infelizmente, àquela altura a equipe de pesquisa não colocou a si própria estas questões.

Na entrevista focal feita sobre o bem cultural *Almoço do Círio*, uma das principais tradições do Círio de Nazaré, surgiu algo curioso quanto à participação de não-católicos no evento. Finda a procissão principal do Círio, com a chegada da imagem da Santa à Basílica de Nazaré, as famílias dos devotos se reúnem nos lares para confraternizar e saborear os pratos típicos da cozinha regional paraense, principalmente o pato no tucupi e a maniçoba. Na família entrevistada em entrevista focal sobre o referido almoço

“... um rapaz oriundo de uma família evangélica, seguidora da igreja Assembléia de Deus, justificava sua participação no Almoço do Círio da seguinte forma: ‘eu participo de uma religião evangélica, eu não posso festejar por causa da minha mãe que ela é da crença evangélica, ela não aceita essas coisas do Círio na minha casa, mas só que eu participo, vou na casa dos amigos, como, bebo, festo junto com eles’. Perguntado se ele se identificava como evangélico respondeu: ‘não é bem por aí. Nesse ponto eu não sou nem evangélico, nem católico, entende? Mas o almoço do Círio é só uma festa para mim, como outra qualquer. Acho que é uma festa muito bonita.’”²⁸

Note-se que a relação de não-católicos com o Círio de Nazaré apareceu por ocasião de entrevista que, a rigor, reuniria devotos católicos que se congratulavam no *Almoço do Círio*. Mais do que isto, o registro da referida relação poderia ter sido feito de maneira planejada, dirigindo-se o teor da entrevista para a apreensão dos significados que os diferentes eventos que compõem o Círio têm para os não-católicos. Afinal, eles fazem parte do mesmo território que legitimou o Círio de Nazaré como patrimônio cultural nacional e deveriam se sentir, de alguma forma, partícipes disso, seja para acrescentar, negar ou contestar algo. A presença não-planejada do jovem evangélico na entrevista sobre o *Almoço do Círio* revela que “o silêncio da oficina etnográfica foi quebrado – por insistentes vozes heteroglotas e pelo ruído da escrita de outras penas” (Clifford 1998: 22).

A presença de não-católicos no Círio de Nazaré havia sido percebida por Isidoro Alves na pesquisa de campo que resultou em seu “O carnaval devoto” (1980). Diz ele que, no conjunto das entrevistas, “constatamos também a participação de pessoas não-católicas ou que se definiam como ‘atéias’ e algumas que, embora se definindo como católicas, trajavam roupas de filho-de-santo ou típicas de um culto umbandista” (1980:51). Na *Romaria Rodoviária* de 2002, celebração religiosa em forma de procissão, da qual participam veículos motorizados e bicicletas, era possível ver ao longo do percurso entre Belém e Ananindeua pessoas cujas vestes indicavam serem participantes de cultos

afro-brasileiros, muitas vezes com as mãos estendidas em direção à imagem de Nossa Senhora de Nazaré, em forma de prece. O relato dessas pessoas poderia ter enriquecido ainda mais o inventário e o próprio dossiê, ampliando a compreensão do aspecto polissêmico do Círio de Nazaré, intimamente associado às peculiaridades do catolicismo popular brasileiro.⁹

Os problemas enfrentados com relação à infra-estrutura da pesquisa também influenciaram a obtenção dos dados. Destaque-se que estes problemas não foram causados por má vontade da superintendência do IPHAN em Belém, mas por conjuntura que atingiu a instituição em todo o Brasil. Em artigo posterior ao registro do Círio como patrimônio cultural brasileiro, Dorotéia Lima afirmou que “[d]o ponto de vista prático, sobretudo, causam preocupação a estrutura e o quadro técnico insuficientes do IPHAN, bem como os poucos recursos destinados à cultura...” (Lima 2005:31). Em função disso, dificuldades com a linha telefônica do órgão, necessária para o contato com os entrevistados, número insuficiente de máquinas fotográficas e gravadores exigiram dos pesquisadores certo malabarismo para desenvolver a pesquisa e certamente alguns bens culturais apresentaram diferenças com relação à qualidade do registro, principalmente fotográfico.

Ao término das entrevistas, os pesquisadores deram início ao preenchimento das Fichas de Identificação, última etapa do levantamento preliminar, confrontando as informações obtidas na bibliografia, entrevistas e observa-

ções diretas. Na revisão das informações levantadas sobre os bens culturais o trabalho foi feito no sentido de eliminar repetições, identificar carência de informações e conferir ao texto relativa uniformidade narrativa. O trabalho de campo propriamente dito teve início no dia 1º de setembro, sendo que o último pesquisador concluiu suas entrevistas na primeira quinzena de dezembro de 2002.

No geral, os entrevistados manifestaram-se dispostos a contribuir com a pesquisa. A dificuldade maior foi junto à prefeitura municipal de Ananindeua, em função da falta de sistematização e da desatualização das informações fornecidas. Por outro lado, ficou claro que os questionários do INRC deveriam ser utilizados apenas como roteiro, pois muitas perguntas não cabiam no contexto do Círio de Nazaré, tendo que ser reelaboradas de forma a adaptá-las à realidade dos entrevistados ou simplesmente deixarem de ser feitas. Em se tratando de um modelo de inventário nacional de bens culturais, essa situação pode ser considerada plenamente normal e facilmente contornada pelos pesquisadores, sem que isso implique em perda da qualidade das informações obtidas.

PATRIMÔNIO PARA QUEM? A PROMOÇÃO DO BEM CULTURAL

De acordo com Dorotéia Lima, que coordenou o inventário e a instrução do processo de registro do Círio como patrimônio cultural brasileiro

“esse extenso trabalho de pesquisa só atingirá plenamente seus objeti-

vos se seus resultados forem revertidos em benefício dos grupos sociais envolvidos e resultarem na preservação e promoção do bem. Para tanto, o conhecimento produzido deve ser difundido e disponibilizado através de exposições, publicações, multimídia etc.” (Lima 2005: 68)

Até o presente momento, pode-se dizer que este objetivo ainda não foi plenamente alcançado, pois além do Dossiê, cuja circulação permanece restrita aos âmbitos do IPHAN, não houve a devida divulgação do conhecimento levantado sobre o Círio de Nazaré, principalmente no rico banco de dados que foi constituído. De 2004 para cá, tenho ministrado palestras em escolas e igrejas da capital paraense à época do Círio, nas quais constato a completa ignorância da população local a respeito do processo que resultou no título de patrimônio cultural imaterial brasileiro conferido a esta que é considerada uma das maiores cerimônias religiosas do país. Não que o Círio precise ser “ensinado” às pessoas, pois ele é vivido, experimentado todos os anos e não apresenta riscos de extinção. Mas o conhecimento da maneira como essa celebração tem sido vivenciada e modificada ao longo do tempo, de sua historicidade, seria fundamental para a compreensão da continuidade histórica da mesma. E isso, somente a pesquisa histórica pode revelar.

O acesso ao conteúdo do banco de dados seria de extrema importância para pesquisadores interessados em qualquer temática ligada ao Círio de Nazaré, contribuindo para a preservação e promoção deste bem cultural. Imagine-se a satisfação de um pesquisador ao saber

que o inventário do Círio compreende, além do texto do Dossiê, 784 itens de bibliografia (incluindo publicações, trabalhos acadêmicos e periódicos); 848 registros audiovisuais (incluindo vídeos, gravações sonoras, imagens fotográficas, mapas, caricaturas, anúncios publicitários, cartazes e programas da festa); descrição de 45 bens culturais associados às festividades nazarenas, dentre os quais se encontram 14 celebrações, 5 edificações, 15 formas de expressão, 6 lugares e 5 modos de fazer. Para qualquer um dos bens culturais ligados ao Círio de Nazaré, muito ainda há que ser feito em termos de pesquisa.

Por outro lado, a falta de informações ou de esclarecimento com relação ao registro do Círio de Nazaré na categoria de patrimônio cultural imaterial brasileiro tem levado a constantes equívocos de interpretação ou a maneiras específicas de apropriação do registro. A partir de 2002, por exemplo, tem sido comum ouvir-se na *Festa da Chiquita* expressões do tipo “agora bicha virou patrimônio histórico” ou “as bichas foram tombadas”.

Em matéria intitulada *Mundo Gay*, referente à programação da edição 2006 do Festival Internacional de Cinema do Rio de Janeiro, o jornalista Tino Monetti (2006) divulgava de forma ambígua, ao comentar o documentário *As Filhas da Chiquita*, de Priscilla Brasil, que “em 2004, o IPHAN incluiu a Festa da Chiquita no processo de tombamento do Círio como patrimônio imaterial da humanidade, dando início a uma grande polêmica: afinal, a festa da Chiquita faz parte do Círio?”

Também entre os integrantes do *Ar-rastão do Boi Pavulagem* é possível perceber

a reivindicação do título de patrimônio histórico. O *Arrastão do Boi Pavulagem* é um cortejo de cultura popular pelas ruas de Belém, em torno da brincadeira do boi-bumbá, principal elemento cênico da atividade e de outras manifestações folclóricas do estado do Pará. Acontece na véspera do Círio de Nazaré e foi introduzido na programação cultural do evento em 1999 (IPHAN 2006). Em entrevista ao *Jornal Liberal* 2ª edição, de uma rede de televisão de Belém, aos 3 de outubro de 2006, o músico Júnior Soares afirmou que o arrastão também é “...tombado como Patrimônio...”.

Em outro exemplo, diante da falta de patrocínio para a realização do *Auto do Círio* em 2006, era comum ouvir-se entre as queixas dos brincantes o fato de que essa manifestação é tão importante que foi incluída pelo IPHAN no processo de registro do Círio de Nazaré como patrimônio histórico nacional. O *Auto do Círio* é espetáculo teatral realizado desde 1993, na noite da sexta-feira que antecede a procissão principal do Círio. Desde seu início pensado como ação extensionista da Universidade Federal do Pará, percorre as ruas do Bairro da Cidade Velha, com artistas fantasiados desenvolvendo performances teatrais (IPHAN 2006). De todo modo, no sítio eletrônico do *Auto do Círio* o lugar dessa prática cultural no registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural imaterial brasileiro aparece de forma bastante esclarecida: “sua manutenção ao longo dos doze anos se deu através da aceitação da sociedade que conferiu ao projeto o reconhecimento como bem imaterial associado do Círio de Nazaré – IPHAN/MINC”.¹⁰

Na verdade, para efeito do registro, optou-se por identificar e delimitar os elementos considerados essenciais dessa manifestação cultural, sendo adotados dois critérios como referência: em primeiro lugar, a inserção de elementos diversos que acompanham o Círio desde as suas origens; em segundo lugar, a participação de outros elementos que, inseridos mais recentemente, foram incorporados à tradição de tal forma que é impossível conceber o Círio de Nazaré sem eles. Assim, os elementos sobre os quais recaiu o título de patrimônio cultural brasileiro no Círio de Nazaré foram a *Procissão Principal do Círio*,¹¹ as *Imagens Original e Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré*,¹² a *Trasladação*,¹³ a *Berlinda*,¹⁴ a *Cordeira*,¹⁵ o *Recírio*,¹⁶ o *Arraial*,¹⁷ o *Almoço do Círio*, as *Alegorias* e os *Brinquedos de Miriti*.¹⁸ Por essa razão, entende-se que tanto a *Festa da Chiquita*, realizada pela primeira vez em 1978, quanto o *Arrastão do Boi Pavulagem*, realizado de 1999 para cá, foram incluídos na categoria de bens associados ao Círio e não como elementos essenciais. O mesmo ocorreu com a *Romaria Fluvial*,¹⁹ realizada pela primeira vez em 1986 e com o *Auto do Círio* (criado em 1993), manifestações que futuramente poderão vir a ser consideradas essenciais no Círio de Nazaré, conforme nova pesquisa prevista pela metodologia do IPHAN para dez anos após o registro.

Nota-se que há, no fundo, uma disputa pela identificação de determinadas práticas como sendo “tradicionais”, o que justificaria sua classificação como patrimônio cultural. Como se o conceito de “tradicional” legitimasse a reivindica-

ção de autenticidade, antiguidade, pertencimento e continuidade histórica. Dessa forma, a “tradição” da *Romaria Fluvial* é referida no discurso de grande parte dos devotos como bastante antiga, quando, na verdade, é bastante recente (1986) e, por que não dizer, “inventada”. De certa forma, pode-se dizer que o Círio de Nazaré é constituído por conjunto de “tradições inventadas”, no sentido utilizado por Hobsbawn (2002): conjunto de práticas, reguladas por regras aceitas, sendo essas práticas de natureza ritual ou simbólica, visando inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Ocorre que esta continuidade não se dá de forma estanque, na medida em que os bens agregados ao Círio de Nazaré acompanham o dinamismo característico de qualquer prática cultural. Assim, num movimento sempre tenso, todos os anos novas práticas vão sendo agregadas ao Círio de Nazaré, ao passo que outras vão ficando pelo caminho, guardadas nos recantos da memória dos devotos. Uma das perguntas recorrentes na imprensa local, às vésperas do Círio, versa sobre “o que há de novo no Círio desse ano?”.

Segundo Raymond Williams, a “tradição” “não é “a sobrevivência do passado”, mas sim a expressão mais evidente das pressões e limites dominantes e hegemônicos. É sempre mais do que um segmento inerte historicizado. Na verdade, é o meio prático de incorporação mais poderoso. Por isso, diz o autor, é necessário pensar em termos de “tradição seletiva”: uma versão in-

tencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural. (1979:118). O discurso da “tradição”, nesse sentido, constitui “uma versão do passado”, que nos oferece um “senso de *continuidade predisposta*” (1979:119).²⁰

Se uma das preocupações do IPHAN diz respeito ao acompanhamento do processo de apropriação e deturpação desse patrimônio pela indústria cultural, precisamos também reconhecer que o processo de espetacularização do Círio tem ocorrido, em alguns casos, mesmo antes de seu registro como patrimônio cultural brasileiro. Com relação à *Festa da Chiquita*, por exemplo, lembre-se da tentativa de aproximação e/ou apropriação por parte do poder público municipal entre 1996 e 2004, chegando-se ao ponto do prefeito da época subir ao palco para receber um dos prêmios da festa. Em 2006, diante da recusa de apoio por parte de outro prefeito, via-se na *Festa da Chiquita* cartaz com os dizeres “Realização cultural do Governo do Estado do Pará”, através da Fundação Cultural do Pará. A proximidade da festa com o poder público, se por um lado garante recurso financeiro necessário para sua organização, pode implicar em limitação da autonomia dessa prática cultural, tradicionalmente marcada pela irreverência e crítica social.

Com relação à espetacularização (Garcia Canclini 2003) poderíamos citar ainda a própria criação da *Romaria Fluvial*, em 1986, por iniciativa da Companhia de Turismo do Estado do Pará (PARA-

TUR), estando, portanto, diretamente ligada a interesses da indústria cultural ou do turismo. Muitas vezes o Círio é apresentado ou veiculado na grande mídia a partir do exotismo associado aos homens da Amazônia, em que as imagens das múltiplas embarcações na procissão fluvial, devotos carregando “ex-votos” não menos exóticos à cabeça, o empurra-empurra na corda, tornam-se atrativos para incrementar determinados setores da economia local via turismo religioso.

Por outro lado, não é de hoje que se nota a ênfase com que se divulgam os números referentes à participação no Círio, muitas vezes sem reflexão qualitativa dos dados. Nos últimos anos, congelou-se a cifra de dois milhões de participantes no Círio de Nazaré e divulga-se com orgulho a ideia de que se trata da maior manifestação religiosa do país. Em 2011, falou-se em 2,3 milhões de devotos. Em 2006, o manto da imagem de Nossa Senhora de Nazaré foi apresentado como o mais caro de todos os tempos. Por fim, pode-se citar a própria iniciativa da Diretoria da Festa (responsável pela organização do conjunto de eventos que compõe a chamada Festa de Nazaré) no sentido de criar o patrocínio empresarial do Círio, em termos oficiais. Ambiguamente, ao mesmo tempo em que se preocupa em conter o que considera “excessos” ou “desvios” nas práticas religiosas dos católicos paraenses, a Igreja insere o Círio de Nazaré numa lógica de mercado, em que a subordinação aos números conduz cada vez mais a um processo de espetacularização desta prática cultural

e religiosa. De certa forma, pode-se pensar que essa ênfase nos números faz parte da ofensiva católica no sentido de firmar espaço no mercado religioso local, diante da pressão de outras denominações religiosas.

Assim como Choay (2001) fez com relação ao “monumento histórico”, não seria demais inserir em todo esse processo uma reflexão sobre os “efeitos perversos” do enriquecimento do patrimônio cultural imaterial Círio de Nazaré, a partir da invenção/inserção constante de novos tesouros a serem valorizados e explorados pela indústria cultural. Fundamentalmente, torna-se necessário refletir sobre os efeitos secundários da “embalagem” que se dá ao patrimônio Círio de Nazaré em vista de seu consumo cultural, com riscos de exclusão das populações locais tradicionalmente ligadas a esta prática cultural, por razões bastante diferentes daquelas que movem o setor imobiliário ou comercial, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, assim, a necessidade de discutir os desdobramentos do registro do Círio de Nossa Senhora de Nazaré na categoria de patrimônio cultural imaterial brasileiro. Passados sete anos do registro, importa saber qual a compreensão que os devotos têm dos significados do título. Os adeptos das práticas consideradas associadas ao Círio têm conhecimento disso quando afirmam que tal manifestação tornou-se patrimônio cultural brasileiro? Se tem, por que o fazem? Os devotos concor-

dam com a escolha dos elementos considerados essenciais no Círio de Nazaré?

Independentemente daquilo que o poder público registra oficialmente como patrimônio, os grupos populares constroem suas próprias interpretações. Assim, apresentar determinada prática cultural como patrimônio cultural brasileiro pode ser forma de conferir-lhe maior prestígio, pouco importando se no registro oficial tal manifestação consta como essencial ou associada. Estas inquietantes vozes do “outro” parecem indicar uma possibilidade de preenchimento das “lacunas” que Sandroni apontou nas pesquisas sobre cultura imaterial, reunindo dois pontos de vista antagônicos:

“Um, que poderíamos chamar de ‘demasiado ingênuo’, supõe que o patrimônio imaterial já existe, plenamente criado por grupos locais, antes da chegada de quaisquer agentes de políticas públicas ou pesquisadores, e posterior inclusão em listas, inventários e proclamações nacionais e internacionais. O outro, que seria talvez ‘demasiado sagaz’, afirma que o patrimônio imaterial foi imposto, como uma armadilha da governamentalidade, a comunidades que nunca teriam conhecido semelhante quimera: um passado vivo, íntimo e reverenciado.” (Sandroni 2010:386)

A noção de patrimônio cultural imaterial é histórica, expressa percepções de um tempo e lugar determinado acerca do que pode ser considerado patrimônio, do que merece ser preservado, por ter profundas ligações com a identidade nacional. A própria “Convenção para a

salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, da UNESCO, afirma que

“este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO 2003).

A “adequação” de determinadas práticas culturais aos esquemas classificatórios das agências governamentais nacionais ou internacionais é uma construção que envolve múltiplos sujeitos e o que consta nos dossiês finais nem sempre dá conta de toda a complexidade e riqueza da prática cultural registrada. O dossiê serve para evidenciar a representatividade de determinada prática cultural com relação à identidade nacional/cultural brasileira. Evidentemente, nem sempre se dá o mesmo espaço a todas as vozes, o que tem a ver com os critérios das agências governamentais, com as escolhas dos pesquisadores e também com as disputas entre os próprios sujeitos ligados ao bem cultural em questão. Afinal, essas disputas fazem parte do campo da cultura. Conforme assinalou Thompson, as lutas de classes – termo hoje fora de moda – também estão permeadas por conflitos de valores, sendo que a experiência de classe também pode ser percebida na cultura, pelo embate entre padrões morais ou convicções religiosas. Isto porque os valores de um determinado grupo não surgem ou não se constroem independentemente do

processo histórico. Daí porque Thompson afirma que “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto de interesse (...), que toda luta de classes é ao mesmo tempo, uma luta acerca de valores” (Thompson 1981:189-190). O texto de um inventário cultural será tanto mais rico quanto mais próximo estiver da heteroglossia (Bakhtin 1983).

Esta noção é fundamental na discussão do patrimônio local, dada a necessidade de se pensar a categoria patrimônio não como algo homogêneo e atemporal, mas como resultado de embates entre diferentes concepções do mundo, marcado pela mudança ao longo do tempo (Fonseca 2003). Por outro lado, é fundamental discutir com devotos, no caso do Círio de Nazaré, e demais interessados na questão a importância de se participar dos debates sobre a definição do que é patrimônio em sua cidade, haja vista que muitas vezes este título pode implicar em alterações na maneira das pessoas se relacionarem com o bem cultural, seja material ou imaterial.

Falta ainda trabalhar a divulgação do Círio de Nazaré não apenas no seu aspecto religioso, mas fundamentalmente como patrimônio cultural. Afinal, o Círio não foi registrado por ser cerimônia religiosa ou católica. Assim se enfrentaria, por exemplo, atitudes como as de determinados alunos que se recusam a ouvir palestra sobre o Círio argumentando que se trata de manifestação católica. Por outro lado, se o aspecto religioso dessa prática é bastante evidente aos devotos, tendo em vista sua realização desde 1793, a própria noção de que algo imaterial pode ser registrado como

patrimônio cultural de um país ainda precisa de maior veiculação diante da população brasileira, católica ou não. A questão não é supervalorizar a dimensão cultural, em detrimento da religiosa, mas mostrar o quanto essas duas dimensões caminham juntas e enriquecem a experiência do Círio de Nazaré.

Todas estas questões, partindo do exemplo do Círio de Nazaré, permitem discutir a noção de patrimônio enquanto campo de tensões que expressa diferentes concepções acerca do que deve ser elevado à categoria de patrimônio cultural. Mesmo com os limites aqui discutidos, presentes em qualquer pesquisa qualitativa, o IPHAN procurou considerar esse campo de tensões na elaboração do Dossiê Círio de Nazaré, inclusive inserindo entre os bens associados a Festa da Chiquita, amplamente criticada pela Diretoria da Festa como algo supostamente sem relação com o Círio. Da mesma forma, na elaboração das Fichas de Identificação dos Bens, não disponibilizadas no dossiê final, procurou-se fazer o registro das diferentes versões que os devotos ou pesquisadores apresentavam sobre o mesmo bem cultural. Todo esse material está disponível no IPHAN e pode ser consultado.

Acima de tudo, procurou-se devolver aos devotos uma sistematização dos dados pesquisados que garantisse a identificação do aspecto polissêmico do Círio de Nazaré: uma experiência religiosa e cultural de múltiplas cores, credos, interesses, expressão de fé e marca significativa da identidade dos paraenses. Ao mesmo tempo, na medida em que reúne elementos das culturas negra,

portuguesa e indígena, evidenciados nas comidas típicas que compõem o Almoço do Círio, nos artesanatos, na forma de pagar as promessas, na imbricação sagrado-profano, entre outros, o Círio de Nazaré de Belém do Pará apresenta elementos essenciais na formação da identidade brasileira, o que justifica seu reconhecimento como patrimônio cultural do país. Cabe agora divulgar e devolver à sociedade toda a riqueza da pesquisa realizada pelo IPHAN.

AGRADECIMENTOS

Versão inicial deste artigo foi apresentada na mesa redonda “Círio de Nazaré”, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2ª Regional, em Belém, outubro de 2005.

NOTAS

¹ As mangueiras que arborizam Belém começaram a ser introduzidas na cidade por volta de 1779, a partir de sementes trazidas da Índia. A aclimação dessa planta só ocorreu entre 1798 e 1800, com o contrabando de sementes da Guiana Francesa. À época do governo de Antonio Lemos (1898-1911), no boom da economia da borracha, aprimorou-se o projeto de arborização, motivando anos mais tarde a definição de Belém como “a cidade das mangueiras”. Em dois dos principais trajetos atuais da procissão do Círio de Nazaré (avenidas Presidente Vargas e Nazaré), percorrem-se verdadeiros túneis de mangueiras, fundamentais para amenizar o calor ao longo do trajeto. Conferir Sarges (2002), Airoza (2008).

² Para uma discussão mais geral sobre a noção de patrimônio cultural imaterial no Brasil, conferir Castro e Fonseca (2008).

³ Também participei como pesquisador no

processo de tombamento e registro de Serra do Navio, no Amapá, como patrimônio cultural brasileiro, concluído pelo IPHAN em 2010. A Vila Serra do Navio foi projetada pelo arquiteto brasileiro Oswaldo Bratke para abrigar os trabalhadores da Indústria e Comércio de Minério (ICOMI). Conferir Henrique et al. (2010).

⁴ Em 2002, acompanhei a *Romaria Rodoviária* na carroceria de um carro da Polícia Federal, graças a um crachá que ostentava em caixa alta: “IMPrensa”. Dificilmente teria tido essa experiência sem que estivesse amparado pelo fato de ser “pesquisador do IPHAN”. Por outro lado, o mesmo crachá de identificação do IPHAN que facilitava o acesso dos pesquisadores em Belém, dificultava o acesso em Serra do Navio, no Amapá: eis que muitos dos moradores se recusavam a nos dar entrevistas e manifestavam-se visivelmente irritados com nossa presença, pelo fato de ocuparem as casas de forma ilegal e pensarem que nós estávamos ali para retirá-los de “suas” casas.

⁵ O artigo de Carlos Sandroni (2010), que foi coordenador da candidatura do samba de roda do Recôncavo (BA) à III Proclamação de Obras-Primas do Patrimônio Imaterial da Humanidade, instituída pela Unesco, mostra muitas dessas tensões vivenciadas pelo pesquisador.

⁶ No texto “Ritual do Corpo entre os Nacirema”, Horace Minner (1956) realiza interessante estranhamento da sociedade norte-americana, indicando exercício semelhante ao que a equipe de pesquisadores do IPHAN precisava fazer. Conferir ainda Velho 1978 e DaMatta 1981.

⁷ O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro é feito nos seguintes livros, de acordo com sua especificidade: 1º. Livro de Registro dos Saberes, 2. Livro de Registro das Celebrações, 3º. Livro de Registro das

Formas de Expressão e 4º. Livro de Registro dos Lugares.

⁸ Conferir Ficha de Identificação do Almoço do Círio, IPHAN, 2004.

⁹ Com relação ao aspecto polissêmico do catolicismo na Amazônia, conferir Maués 1995 e Figueiredo 2008.

¹⁰ Conferir o tópico “História”, no endereço eletrônico <http://autodocirio.ufpa.br/>, acesso em 15 de janeiro de 2011.

¹¹ A *Procissão Principal do Círio*, realizada todo segundo domingo de outubro, corresponde ao traslado da imagem de Nossa Senhora de Nazaré da Catedral da Sé, no bairro da Cidade Velha, até a Praça Santuário, no bairro de Nazaré.

¹² A chamada *Imagem Original* é a que, segundo a tradição, teria sido “achada” pelo caboclo Plácido, em 1700. Por razões de segurança, esta imagem permanece guardada no Santuário de Nazaré. A *Imagem Peregrina* é a que é conduzida pelos devotos no Círio. Possui feições mais próximas da fisionomia dos devotos da região amazônica e foi confeccionada no final da década de 1960.

¹³ A Trasladação é realizada à noite, no sábado que antecede a procissão principal do Círio. A imagem da santa é conduzida do Colégio Gentil até a Catedral da Sé, perfazendo o percurso do Círio ao contrário.

¹⁴ Espécie de andor onde é transportada a imagem de Nossa Senhora de Nazaré.

¹⁵ Atualmente com cerca de 450 metros, a *Corla* é atada à *Berlinda* e simboliza a ligação dos promesseiros com Nossa Senhora de Nazaré.

¹⁶ Cerimônia que marca o encerramento da festividade de Nazaré. A imagem da santa retorna em procissão ao Colégio Gentil.

¹⁷ Espaço de festa, lazer, comércio e ponto de encontro dos devotos, situado às proximidades do Santuário de Nazaré.

A partir do século XIX, o arraial foi alvo de intensa campanha de “moralização” por parte da Igreja, preocupado com os “excessos” profanos dos devotos em tal espaço. Atualmente, é um espaço cercado por muros e grades, sob o controle da Diretoria da Festa de Nazaré.

¹⁸ *Alegorias* são os carros que acompanham a procissão do Círio e remetem aos milagres de Nossa Senhora de Nazaré, além de outros aspectos da devoção. Os *Brinquedos de miriti* são feitos do caule da palmeira miriti e reproduzem miniaturas da fauna e flora da Amazônia, além de elementos do imaginário da região.

¹⁹ Procissão fluvial em que a imagem de Nossa Senhora de Nazaré é transportada em navio da Marinha pela baía do Guajará, recebendo homenagens ao longo do trajeto.

²⁰ Com relação a esta discussão sobre “tradição”, agradeço a Cleudir Moraes pelo produtivo diálogo.

REFERÊNCIAS

Airosa, L. O. V. 2008. *Cidade das Mangueiras: adlmatização da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém.

Alves, I. 1980. *O carnaval devoto: um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém*. Petrópolis: Vozes.

Bakhtin, M. M. 1983. *Dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press.

BRASIL, Governo. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. *Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm, Acesso em 3 out. 2006.

- Cardoso de Oliveira, R. 1996. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever, in *Revista de Antropologia* 39(1): 13-17.
- Castro, M. L. V. de e M. C. L. Fonseca. 2008. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte.
- Choay, F. 2001. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP.
- Clifford, J. 1998. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Damatta, R. 1981. Trabalho de campo, in *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Duarte, R. 2002. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de pesquisa* 115: 139-154.
- Figueiredo, A. M. de. 2008. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. Belém: EDUFPA.
- Fonseca, M. C. L. 2003. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural, in *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Organizado por R. Abreu & M. Chagas, pp. 56-76. Rio de Janeiro: DP&A.
- Garcia Canclini, N. 2003. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 4ª edição.
- Henrique, M. C. 2009. O desafio das pesquisas qualitativas, in *Educativa* 12(2): 239-251.
- Henrique, M. C., M. D. Lima e L. Monfardini. 2010. Vila Serra do Navio: estudos e proposta de tombamento de uma cidade modernista na Amazônia. *Metodologia de pesquisa e multidisciplinaridade no IPHAN: Anais da II oficina de Pesquisa -Coordenação-geral de pesquisa e Documentação*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, pp. 391-417.
- Hobsbawn, E. e T. Ranger. 1978. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Iglesias, E. 2002. Projeto “As filhas da Chiquita: o Baile, 24 anos”. Belém, manuscrito inédito. Acervo pessoal do autor.
- IPHAN. 2000. *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Brasília, inédito.
- IPHAN. 2006. *Círio de Nazaré*. Rio de Janeiro: IPHAN (Dossiê Iphan).
- Lima, M. D. 2005. Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém/PA: inventário e registro como patrimônio cultural brasileiro. *Anais do Seminário Patrimônio Cultural e Propriedade Intelectual: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais*. Belém: CESUPA/MPEG.
- Maués, R. H. 1990. *A ilha encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém: UFPA.
- _____. 1995. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesial*. Belém: CEJUP.
- _____. 1999. *Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: CEJUP.
- Maués, R. H. & M. D. Lima. 2005. Reflexões a propósito do registro do Círio de Nazaré como patrimônio de cultura imaterial, in *Registro e Políticas de Salvaguarda para as Culturas Populares - Série Encontros e Estudos*. Organizado por A. Falcão, pp. 25-43. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP 6.
- Minner, H. 1956. O ritual do corpo entre os Nacirema. *American Anthropologist* 58: 503-507.
- Monetti, T. 2006. Mundo Gay. Disponível em: <http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/3_53_52390.shtml>. Acesso em 3 out. 2006.
- Sandroni, C. 2010. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Estudos Avançados*, 24(69):373-388.
- Sarges, M. de N. 2002. *Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-tatu.
- Thompson, E. P. 1981. *A miséria da teoria (ou*

Henrique, M. C.

um planetário de erros). Rio de Janeiro: Zahar.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em 3 out. 2006.

Williams, R. 1979. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar.

Velho, G. 1978. Observando o familiar, in *A aventura sociológica*. Organizado por E. de O. Nunes, pp. 36-46. Rio de Janeiro: Zahar.

Recebido em 30/08/2011.

Aprovado em 12/09/2011.